

CONCURSO PÚBLICO DE CONGONHAS

Procurador

LEIA COM ATENÇÃO!

- 01.** Só abra este caderno após ler todas as instruções e quando for autorizado pelos fiscais da sala.
- 02.** Autorizado o início da prova, verifique se este caderno contém 60 (sessenta) questões. Se não estiver completo, exija outro do fiscal da sala.
- 03.** Todas as questões desta prova são de múltipla escolha, apresentando como resposta uma alternativa correta.
- 04.** Ao receber a folha de respostas, confira o nome da prova, o seu nome e número de inscrição. Qualquer irregularidade observada comunique imediatamente ao fiscal.
- 05.** Assinale a resposta de cada questão no corpo da prova e, só depois, transfira os resultados para a folha de respostas.
- 06.** Para marcar a folha de respostas, utilize apenas caneta esferográfica preta ou azul e faça as marcas de acordo com o modelo afixado no quadro. A marcação da folha de respostas é definitiva, não admitindo rasuras.
- 07.** Só marque uma resposta para cada questão.
- 08.** Não risque, não amasse, não dobre e não suje a folha de respostas, pois isso poderá prejudicá-lo.
- 09.** Se a Comissão verificar que a resposta de uma questão é dúbia ou inexistente, a questão será posteriormente anulada e os pontos, a ela correspondentes, serão atribuídos a todos os candidatos.
- 10.** Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. A interpretação das questões faz parte da avaliação (prova).

Prova de Língua Portuguesa

TEXTO 1

Era coisa de criança

Colar chiclete na cadeira dos outros, rir do cabelo cortado do colega. Mas agora brincadeiras como essas ganharam um nome sério: bullying. E passaram a ser resolvidas por adultos: pais, mestres e até, em alguns casos, polícia.

O termo bullying significa a prática de agredir alguém fisicamente, verbalmente, até por atitudes (como caretas). Mas tem sido usado como um alarme, um chamado para que adultos interfiram no relacionamento de seus filhos e alunos. Uma nova linha de pesquisadores, no entanto, vem defendendo que o bullying não é necessariamente um problema para gente grande. Segundo eles, as picuinhas entre crianças e adolescentes devem ser resolvidas pelos próprios envolvidos. Sem adultos como juízes.

Esses especialistas não dizem que crianças devem trocar socos na saída da escola. Nem que apanhar faz bem. Afirmam, sim, que disputar é como um rito, pelo qual passamos no início da vida para saber enfrentar as encrencas maiores do futuro. Afinal, fazemos isso desde os tempos mais remotos. "Em boa parte da história da humanidade a agressão foi um traço adaptativo", escreve Monica J. Harris, professora de psicologia da Universidade do Kentucky, em *Bullying, Rejection and Peer Victimization* (sem tradução em português). No passado, os homens disputavam comida para garantir a sobrevivência. O conflito definia quem ia perpetuar a espécie e quem ficaria para trás. "Aqueles humanos mais agressivos em termos de buscar as coisas e proteger seus recursos e parentes tinham mais chances de sobreviver e reproduzir", afirma Monica. Enquanto os homens teriam aprendido a usar a força física, as mulheres desenvolveram habilidades mais sutis, como agressões verbais - fofocas e rumores.

Se antes essas táticas garantiam a sobrevivência, hoje nos ajudam no convívio social. Quando as crianças deixam o conforto do lar para frequentar o colégio, descobrem que nem sempre suas vontades são atendidas. E que precisam negociar o tempo todo, como por um brinquedo ou por um lugar para sentar. Sem

passar por isso, será mais difícil lidar com um desafeto no futuro, como um chefe, o síndico do prédio ou aquele amigo que empresta dinheiro e nunca paga.

O resultado da superação desses primeiros embates aparece cedo. Um estudo com 2 mil crianças com idade de 11 e 12 anos feito pela Universidade da Califórnia em Los Angeles mostrou que aquelas que tinham algum rival na turma da escola eram vistas como mais maduras pelos professores. As meninas que reagem a alguma antipatia foram consideradas donas de maior competência social. Os meninos com inimidades foram classificados como alunos com melhor comportamento. Nesses casos - que não envolviam agressões físicas, segundo a pesquisa -, as crianças não só aprenderam a reagir a menosprezo, pressão e sarcasmo como ainda ganharam status no colégio. "Tanto para meninos quanto para meninas, ter uma antipatia mútua com alguém de outro sexo é associado à popularidade", escreve a pesquisadora e autora do estudo Melissa Witkow, hoje professora de psicologia da Universidade Willamette, nos EUA.

A recente onda de crimes ligados a bullying, no entanto, criou o temor de que crianças e adolescentes talvez não deem conta da briga sozinhos. A comprovação disso estaria em casos como o do adolescente que guardou por anos o rancor das humilhações que passou em um colégio na cidade do Rio de Janeiro - até voltar lá, e disparar contra alunos, deixando 13 mortos. O resultado de histórias assim foi uma pressão de pais, mestres e legisladores para que o comportamento das crianças seja mais controlado. E para que até a polícia seja chamada para impedir as agressões. Em junho, o Senado brasileiro aprovou um projeto de lei determinando que as escolas inibam atitudes e situações que possam gerar bullying. Em maio, um americano de 17 anos, que não teve o nome divulgado pela polícia, foi preso por dar notas às colegas de turma - altas para as mais bonitas, baixas para as mais feias - e publicar a avaliação no Facebook.

Essa reação é chamada de superproteção pelos pesquisadores que defendem a não intervenção dos adultos nas disputas entre crianças e adolescentes. "É como se o mundo inteiro estivesse sofrendo de amnésia. Os adultos se esqueceram de que passaram pelas mesmas disputas no colégio", diz Helen Guldberg, psicóloga e professora de desenvolvimento infantil na Open University, Inglaterra. Segundo Helen, estamos julgando as atitudes das crianças com base nos valores de adultos. "O comportamento das crianças - as palavras que usam, o jeito brusco com que, por exemplo, excluem outros de suas brincadeiras - está sendo julgado com a seriedade com que encararíamos o relacionamento entre adultos em um escritório", afirma.

Essa linha de não intervenção defendida por gente como Helen Guldberg é polêmica. Para os críticos, desavenças simples podem ser o início de conflitos mais graves - eventos que poderão deixar marcas físicas e psicológicas. "O bullying é um problema sério que precisa ser combatido", diz Aramis Lopes Neto, pediatra e estudioso do tema. Mas em um ponto as duas linhas concordam: quando a briga se repete e se prolonga por um tempo, e só um lado sai sempre perdendo é porque a criança já está derrotada. E é hora de os adultos entrarem em ação.

Prestar atenção ao comportamento da criança ajuda a descobrir se é o caso de intervir. Mudanças repentinas, como queda no desempenho escolar ou aumento da agressividade, são sinais importantes. Se o problema não for resolvido, alguns efeitos podem se estender. "Muitos adultos trazem da infância dificuldades de relacionamento social e baixa autoestima", afirma Lopes Neto. Isso atrapalharia a vida profissional e pessoal, como a capacidade de manter relacionamentos estáveis. "Há vítimas que não se desenvolvem profissionalmente por medo de se expor e se tornar alvo de bullying no trabalho", diz o médico. É como se elas não conseguissem nunca sair da zona de conforto. Exatamente o que pode acontecer com quem passa a infância na sombra dos pais, sem enfrentar uma briga sozinho.

(Superinteressante, ed. 294, agosto de 2011, p. 72-74.) Texto adaptado.

QUESTÃO 01

O emprego da flexão verbal do pretérito imperfeito do indicativo – “era” – no título do texto sugere:

- (A) A indicação de um fato enunciado sob o foco do cientificismo.
- (B) A enunciação de um fato passado focalizado de modo genérico.
- (C) A narração como gênero textual do que é enunciado.
- (D) A intertextualidade com a expressão “Era uma vez.”

QUESTÃO 02

São estratégias usadas na construção do texto:

- I – Emprego de exemplificações.
- II – Utilização de dados estatísticos.
- III – Apresentação de argumentação de autoridades.
- IV – Estabelecimento de paralelos e/ou confronto entre fatos.

Estão **CORRETAS** as afirmativas:

- (A) Os itens I, II, III e IV estão corretos.
- (B) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (C) Apenas os itens I e III estão corretos.
- (D) Apenas os itens III e IV estão corretos.

QUESTÃO 03

Na abordagem do tema, a Revista Superinteressante adota uma postura em que se evidencia:

- (A) Parcialidade nos critérios de julgamento.
- (B) Radicalismo na focalização dos fatos.
- (C) Senso crítico na análise do contexto do bullying.
- (D) Incoerência na apresentação dos argumentos.

QUESTÃO 04

O texto permite dizer que:

- I – Especialistas apresentam uma visão diferenciada para o problema do bullying.
- II – O controle do bullying deve ficar sempre a cargo dos adultos, particularmente dos pais.
- III – Ressignificado, o bullying pode ser um aliado de crianças e adolescentes.

Estão **CORRETAS** as alternativas:

- (A) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (B) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (C) Apenas os itens I e III estão corretos.
- (D) Os itens I, II e III estão corretos.

QUESTÃO 05

“**Mas** agora brincadeiras como essas ganharam um nome sério: bullying”.

A expressão que substitui o termo destacado na frase acima sem alterar seu sentido é:

- (A) Diante disso.
- (B) A par disso.
- (C) Além disso.
- (D) Ao invés disso.

QUESTÃO 06

“[...] **picuinhas** entre crianças e adolescentes devem ser resolvidas pelos próprios envolvidos.”

No trecho, o vocábulo destacado pode ser substituído, sem prejuízo do seu sentido na frase, por todos os itens abaixo, **EXCETO**:

- (A) Decisões.
- (B) Embates.
- (C) Agressões.
- (D) Hostilidades.

QUESTÃO 07

“Se antes essas táticas garantiam a sobrevivência, hoje nos ajudam no convívio social.”

No período acima, estabeleceu-se entre as orações uma relação de

- (A) Causalidade.
- (B) Condição.
- (C) Consequência.
- (D) Proporcionalidade.

QUESTÃO 08

Observe os trechos abaixo:

I – Conhece tudo sobre bullying e não consegue expor, com clareza, o assunto.

II – É preciso prestar atenção no comportamento das crianças e buscar a solução para as dificuldades que possam surgir.

III – O adolescente foi preso por dar notas às colegas de turma e publicar a avaliação no Facebook.

O articulador destacado nos períodos traduz ideia de:

- (A) Adversidade em apenas I e II.
- (B) Adição em apenas III.
- (C) Adversidade em I e adição em II e III.
- (D) Adição em I, II e III.

QUESTÃO 09

Em todos os trechos abaixo, o vocábulo que retoma as expressões destacadas, com as quais está relacionado, **EXCETO** em:

- (A) “Há vítimas que não se desenvolvem profissionalmente por medo de se expor [...]”
- (B) “[...] o síndico de um prédio ou aquele amigo que empresta dinheiro [...]”
- (C) “Essa reação é chamada de superproteção pelos pesquisadores que defendem a não intervenção dos adultos [...]”
- (D) “O bullying é um problema sério que precisa ser combatido.”

QUESTÃO 10

Observe a correlação entre as palavras e marque a alternativa em que uma das correlações é feita de maneira **INCORRETA**:

- (A) Conter – contenção.
- (B) Oprimir – opressão.
- (C) Deter – detenção.
- (D) Reter – retensão.

QUESTÃO 11

As palavras abaixo estão relacionadas em pares por pertencerem à mesma regra de acentuação, **EXCETO** na alternativa:

- (A) Estáveis – vítimas.
- (B) Difícil – caráter.
- (C) Só – trás.
- (D) Alguém – até.

QUESTÃO 12

Observe: “Os adultos se esqueceram de que passaram pelas mesmas disputas na escola [...]”

- I – Esqueci-me de que eram brincadeiras da infância.
- II – Esqueci que eram brincadeiras da infância.
- III – Esqueceu-me a brincadeira da infância.

A regência do verbo **esquecer** é semelhante à do trecho acima em:

- (A) Apenas no item II.
- (B) Apenas nos itens I e III.
- (C) Apenas no item I.
- (D) Nos itens I, II e III.

QUESTÃO 13

A regência verbal **NÃO** está de acordo com a norma padrão da língua na alternativa:

- (A) Aceitar apenas um ponto de vista sobre o bullying implica radicalismo.
- (B) Quando criança, sempre assistia os filmes de acordo com a idade.
- (C) Prefere resolver seus problemas a pedir ajuda aos adultos.
- (D) Liste as brincadeiras da infância de que você mais gosta.

QUESTÃO 14

Marque a alternativa que preenche de modo **CORRETO** as lacunas do período abaixo.

Acredito que ainda _____ muitas discussões sobre bullying, pois _____ episódios no dia a dia que _____ afirmar a atualidade do assunto.

- (A) Haverão – ocorre – permitem.
- (B) Haverá – ocorrem – permitem.
- (C) Haverão – ocorrem – permitem.
- (D) Haverão – ocorre – permite.

QUESTÃO 15

Marque a alternativa correspondente à frase em que a concordância verbal esteja **CORRETA**:

- (A) Após a reunião, faltava ainda dez votos, e já se comemoravam os resultados.
- (B) Entre algumas equipes deveria existir sérias divergências sobre alguns casos de bullying.
- (C) Discutiu-se, durante toda a semana, os episódios de bullying ocorridos na escola.
- (D) As equipes da escola hão de decidir sobre os casos de bullying, pois faz mais de cinco horas que estão reunidas naquela sala.

Prova de Conhecimentos Gerais

QUESTÃO 16

O Brasil será o país anfitrião da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Essa será a segunda Copa realizada nos gramados do país – a primeira ocorreu em 1950, quando o Brasil foi derrotado na final para o Uruguai no Maracanã. Hoje, pode-se afirmar em relação ao evento:

- I. Que nossos principais estádios de futebol não estão devidamente preparados em termo de estrutura.
- II. Que a nossa rede hoteleira instalada abrigará confortavelmente os turistas que aqui virão.
- III. Que haverá geração de empregos no país e impacto no crescimento do PIB brasileiro.
- IV. Que a nossa infraestrutura atual de transportes suportará a demanda futura prevista.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- (A) Apenas o item III é correto.
- (B) Apenas os itens III e IV são corretos.
- (C) Apenas os itens I e III são corretos.
- (D) Apenas o item I é correto.

QUESTÃO 17

Os países denominados BRIC'S são aqueles que se destacam no cenário mundial pelo rápido crescimento das suas economias e correspondem respectivamente:

- (A) Ao Brasil, Rússia, Índia, China e Suíça.
- (B) Ao Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.
- (C) À Bielorrússia, Reino Unido, Irlanda, República Checa e Suíça.
- (D) À Bélgica, Reino Unido, Itália, Canadá e Suécia.

QUESTÃO 18

A “Lei Seca” é um instrumento de viabilização de políticas públicas que se aplica para:

- (A) Melhorar a arrecadação dos cofres públicos.
- (B) Organizar o trânsito urbano das grandes capitais.
- (C) Melhorar a avaliação popular dos políticos que fazem as leis.
- (D) Conter a violência urbana no trânsito.

QUESTÃO 19

“A expectativa de vida média no Brasil cresce paulatinamente: em 2008, a média de vida no Brasil era de 72,8 anos; em 2009, foi de 73,1 anos; em 2020, a previsão é de que deve chegar a 76,1; e em 2050 a 81,3 anos”.

(Revista Brasileira de Administração (RBA), Julho / Agosto 2011. Pág 40.)

Tal constatação, aliada a outras informações inerentes ao tema, nos remete a seguinte conclusão:

- (A) A qualidade de vida do brasileiro melhora a cada dia.
- (B) A expectativa de vida no Brasil é universal, ou seja, é igual em todas as regiões.
- (C) A expectativa de vida independe do sexo do ser humano.
- (D) Não há correlação entre expectativa de vida e classe social.

QUESTÃO 20

Leia o trecho abaixo referente à segurança cibernética em Belo Horizonte e marque a alternativa **CORRETA**:

“Segurança – Disparou em BH os crimes cibernéticos. O número de delitos via Internet registrados na delegacia especializada da capital quase dobrou entre 2009 e 2010, pulando de 334 para 640. Este ano já foram abertos 510 inquéritos, 54% por estelionato”.

(Jornal Estado de Minas, 03/10/2011. Pág. 01.)

O aumento dos crimes cibernéticos deve-se:

- (A) À má índole de parte da população brasileira que gosta de levar vantagem em tudo.
- (B) Ao desemprego elevado em BH e na região metropolitana.
- (C) À impunidade reinante no Brasil.
- (D) Ao uso cada vez mais elevado do acesso de brasileiros aos computadores sem as devidas precauções de segurança.

Prova de Conhecimentos Locais

QUESTÃO 21

Em relação ao município de Congonhas, **NÃO** se pode afirmar taxativamente:

- (A) Foi criado inicialmente como Congonhas do Campo.
- (B) É um centro de mineração do Estado de Minas Gerais.
- (C) Que seja um centro turístico de negócios com um clima admirável.
- (D) É um centro religioso por excelência.

QUESTÃO 22

Constituem belezas da cidade de Congonhas:

- (A) Profetas, Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos e Estátua da Liberdade.
- (B) Profetas, Igreja do Rosário e Salão dos Ex-Votos.
- (C) Profetas, Estação Ferroviária e Prefeitura Municipal.
- (D) Profetas, Cine Teatro Leon e Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição.

QUESTÃO 23

Congonhas integra com outros municípios o Circuito Turístico:

- (A) Dos Diamantes.
- (B) Da Mineração.
- (C) Dos Inconfidentes.
- (D) Do Ouro.

QUESTÃO 24

O município de Congonhas está inserido na bacia hidrográfica do:

- (A) Rio Piracicaba.
- (B) Rio São Francisco.
- (C) Rio Doce.
- (D) Rio das Velhas.

QUESTÃO 25

Congonhas tem os seguintes municípios limítrofes:

- I. À leste: Ouro Preto e Ouro Branco.
- II. À oeste: Jeceaba e Belo Vale.
- III. Ao sul: Conselheiro Lafaiete e São Brás do Suaçuí.
- IV. Ao norte: Ouro Preto e Belo Vale.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- (A) Apenas os itens I e II são corretos.
- (B) Apenas os itens II e III são corretos.
- (C) Apenas o item III é correto.
- (D) Todos os itens são corretos.

Prova de Conhecimentos Específicos Procurador

QUESTÃO 26

Acerca das modalidades de licitação previstas na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, é **INCORRETO** afirmar:

- (A) Concorrência: é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
- (B) Tomada de preços: é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- (C) Concurso: é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.
- (D) Convite: é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, desde que escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa.

QUESTÃO 27

Sobre as empresas públicas e as sociedades de economia mista, é **CORRETO** afirmar:

- (A) As empresas públicas são instituídas pelo Poder Público, dotadas de personalidade de Direito Privado, mediante autorização de lei e com capital exclusivamente público.
- (B) As sociedades de economia mista são criadas por lei específica, com participação obrigatória de capital privado e público e sob a forma de sociedade anônima.
- (C) As sociedades de economia mista criadas por lei para a exploração de atividade econômica estão sujeitas somente às normas de direito privado.
- (D) As empresas públicas são pessoas jurídicas de Direito Público, que integram a Administração Indireta.

QUESTÃO 28

Quanto às peculiaridades do contrato administrativo, é **INCORRETO** afirmar que:

- (A) A Administração pode alterar, modificá-lo unilateralmente, sem previsão expressa em seu bojo.
- (B) É absolutamente vedada a *exceptio non adimpleti contractus*.
- (C) Do princípio da soberania do interesse público decorrem as cláusulas exorbitantes expressa ou implicitamente previstas no instrumento do contrato.
- (D) Do princípio da auto-executoriedade decorrem as aplicações das penalidades contratuais diretamente pela Administração.

QUESTÃO 29

A Lei 8.429, de 02 de junho de 1992, dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional. Com base no referido diploma legal, todas as alternativas abaixo constituem atos de improbidade administrativa que causam prejuízos ao erário público, **EXCETO**:

- (A) Liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular.
- (B) Agir negligentemente na arrecadação de tributo ou renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público.
- (C) Perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.
- (D) Ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.

QUESTÃO 30

“Os consórcios públicos são parcerias formadas por dois ou mais entes da federação, para a realização de objetivos de interesse comum, em qualquer área. Os consórcios podem discutir formas de promover o desenvolvimento regional, gerir o tratamento de lixo, água e esgoto da região ou construir novos hospitais ou escolas. Eles têm origem nas associações dos municípios, que já eram previstas na Constituição de 1937. Hoje, centenas de consórcios já funcionam no País. Só na área de saúde, 1969 municípios fazem ações por meio destas associações. Porém, faltava a regulamentação da legislação dos consórcios para garantir regras claras e segurança jurídica para aqueles que já estão em funcionamento e estimular a formação de novas parcerias. É esta a inovação da lei atual. Ela busca, sobretudo, estimular a qualidade dos serviços públicos prestados à população.

Um dos objetivos é viabilizar a gestão pública nos espaços metropolitanos, em que a solução de problemas comuns só pode se dar por meio de políticas e ações conjuntas. O consórcio também permite que pequenos municípios ajam em parceria e, com o ganho de escala, melhorem a capacidade técnica, gerencial e financeira. Também é possível fazer alianças em regiões de interesse comum, como bacias hidrográficas ou pólos regionais de desenvolvimento, melhorando a prestação de

serviços públicos.”

(Disponível em: <www.planalto.gov.br/sir/consorcios/consorcios>. Acesso em: 07 nov. 2011).

Com base na lei 11.107, de 06 de abril de 2005, marque a alternativa **INCORRETA**:

- (A) O consórcio público somente pode adquirir a forma de entidade de direito privado e deverá seguir as normas do direito público para licitação, celebração de contratos, prestação de contas e admissão de pessoal, que será regido pela CLT.
- (B) É nula a cláusula do contrato de consórcio que preveja determinadas contribuições financeiras ou econômicas de ente da Federação ao consórcio público, salvo a doação, destinação ou cessão do uso de bens móveis ou imóveis e as transferências ou cessões de direitos operadas por força de gestão associada de serviços públicos.
- (C) Os consórcios públicos poderão emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos por eles administrados ou, mediante autorização específica, pelo ente da Federação consorciado.
- (D) Para o cumprimento de seus objetivos, o consórcio público poderá ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, dispensada a licitação.

QUESTÃO 31

De acordo com as normas constitucionais, relativamente à matéria ambiental, a competência administrativa é:

- (A) Subsidiária.
- (B) Concorrente.
- (C) Comum.
- (D) Exclusiva da União.

QUESTÃO 32

Com base na doutrina de direito ambiental, relativamente ao Estudo de Impacto Ambiental, é **CORRETO** afirmar:

- (A) Não é mencionado na Constituição Federal como mecanismo de proteção ambiental, contudo, é regulamentada por Lei Federal e Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.
- (B) O Estudo de Impacto Ambiental consiste na elaboração de um programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos positivos e negativos, indicando os fatores e parâmetros a serem considerados.
- (C) A Constituição Federal, com base no princípio da prevenção, determina que sua apresentação é indispensável em toda e qualquer obra ou atividade que gerem impactos ambientais, mesmo que estes não sejam significativos.
- (D) É realizado após consecução do empreendimento proposto, pois só então se saberá se a obra ou atividade é impactante.

QUESTÃO 33

A lei 9.433, de 08 de janeiro de 1997, instituiu a Política de Recursos Hídricos, criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e regulamentou o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal. Em seu art. 11 estabelece que o regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos tem como objetivos assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água. Conforme definido em regulamento, estão sujeitos a outorga pelo Poder Público os direitos dos seguintes usos de recursos hídricos, **EXCETO**:

- (A) O uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural.
- (B) Lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final.
- (C) Derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final, inclusive abastecimento público, ou insumo de processo produtivo.
- (D) Outros usos que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo de água.

QUESTÃO 34

Consoante às normas constitucionais de direito ambiental, marque a alternativa **INCORRETA**:

- (A) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas a sanções penais e administrativas e pessoas jurídicas, a sanções administrativas, exclusivamente.
- (B) Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, na proporção do dano, conforme empresa privada avaliadora contratada para este fim.
- (C) Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo.
- (D) A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á na forma do respectivo regulamento.

QUESTÃO 35

Em relação aos crimes ambientais, marque a alternativa **CORRETA**:

- (A) A comunicação prévia pelo agente do perigo iminente de degradação ambiental não constitui circunstância atenuante da pena.
- (B) Ter o agente cometido a infração em época de seca ou inundação não constitui circunstância agravante da pena.
- (C) A pena restritiva de direito consubstanciada na proibição de contratar com o Poder Público, ou dele receber subsídios para pesquisa, é inaplicável à pessoa jurídica condenada por crime ambiental irreversível causado a fauna nativa.
- (D) Nos crimes previstos na Lei 9.605/98, a suspensão condicional da pena pode ser aplicada nos casos de condenação a pena privativa de liberdade não superior a três anos.

QUESTÃO 36

Sobre o controle de constitucionalidade, marque a alternativa **CORRETA**:

- (A) No controle difuso, os efeitos da declaração de inconstitucionalidade são *erga omnes* e *ex-nunc*.
- (B) O controle preventivo pode ser efetivado pelos Poderes Legislativo e Executivo.
- (C) A possibilidade de intervenção do *amicus curiae* independe da data da remessa dos autos à mesa para julgamento.
- (D) A ação direta de inconstitucionalidade em virtude de sua natureza e finalidade especial é suscetível de desistência.

QUESTÃO 37

Em relação ao processo legislativo previsto na Constituição Federal, marque a alternativa **CORRETA**:

- (A) As leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República, que deverá solicitar a delegação ao Congresso Nacional.
- (B) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada só poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, se aprovada por maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados ou Senado Federal.
- (C) As medidas provisórias terão sua votação iniciada no Senado Federal.
- (D) A Constituição poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio, desde que aprovada por maioria absoluta do Congresso Nacional.

QUESTÃO 38

Quanto aos direitos e garantias fundamentais previstos e assegurados pela Constituição Federal/88, marque a alternativa **INCORRETA**:

- (A) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
- (B) A Constituição Federal de 1988 não assegura expressamente em seu art.5º o direito à impenhorabilidade do bem de família.
- (C) A casa é asilo inviolável do indivíduo, podendo-se penetrar sem o consentimento do morador, a qualquer hora por determinação judicial.
- (D) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por entidade de classe em defesa dos interesses de seus membros.

QUESTÃO 39

Sobre as Comissões Parlamentares, marque a alternativa **CORRETA**:

- (A) As Comissões Parlamentares de Inquérito instituídas no âmbito do Poder Legislativo federal têm a missão constitucional de investigar autoridades públicas e de promover a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.
- (B) Em face de sua natureza política, as Comissões Parlamentares de Inquérito podem decretar imotivadamente a quebra de sigilo bancário e telefônico.
- (C) As CPI's serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante o requerimento de, pelo menos, um terço de seus membros, aprovado pela maioria absoluta da respectiva Casa.
- (D) As Comissões Parlamentares de Inquérito têm por objeto a apuração de fato determinado e têm prazo certo de funcionamento.

QUESTÃO 40

Com base na Constituição Federal, relativamente ao Supremo Tribunal Federal, marque a alternativa **CORRETA**:

- (A) Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria simples do Senado Federal.
- (B) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originalmente, a extradição solicitada por Estado estrangeiro.
- (C) O Supremo Tribunal Federal compõe-se de nove Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de quarenta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- (D) O Supremo Tribunal Federal tem competência originária para processar e julgar a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias.

QUESTÃO 41

Considerando as normas que dizem respeito ao Banco Central presentes na Constituição Federal, marque a alternativa **INCORRETA**:

- (A) É vedado ao Banco Central conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira.
- (B) A competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo Banco Central.
- (C) Compete privativamente à Câmara dos Deputados aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de presidente e diretores do Banco Central.
- (D) O Banco Central poderá comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o objetivo de regular a taxa de juros.

QUESTÃO 42

Considerando as normas relativas ao orçamento presentes na Constituição Federal, marque a alternativa **INCORRETA**:

- (A) É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.
- (B) O projeto de lei relativo ao orçamento anual será apreciado pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.
- (C) Cabe à lei complementar dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual.
- (D) Compete apenas à União legislar sobre orçamento.

QUESTÃO 43

Considerando a normatização do Conselho Monetário Nacional presente na Lei Federal 4.595, de 31 de dezembro de 1964, marque a alternativa **INCORRETA**:

- (A) O Conselho Monetário Nacional substituiu o Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, com a finalidade de formular a política da moeda e do crédito, objetivando o progresso econômico e social do País.
- (B) O Conselho Monetário Nacional é presidido pelo Presidente da República.
- (C) Um dos objetivos da política do Conselho Monetário Nacional é zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras.
- (D) Compete ao Conselho Monetário Nacional, segundo diretrizes estabelecidas pelo Presidente da República, disciplinar o crédito em todas as suas modalidades e as operações creditícias em todas as suas formas, inclusive aceites, avais e prestações de quaisquer garantias por parte das instituições financeiras.

QUESTÃO 44

Considerando as normas relativas à receita pública presentes na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000), marque a alternativa **INCORRETA**:

- (A) A reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo será admitida independentemente da comprovação de erro ou omissão de ordem técnica ou legal.
- (B) Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.
- (C) As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.
- (D) A renúncia de receita compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

QUESTÃO 45

A respeito das normas relativas à despesa pública presentes na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000), marque a alternativa **INCORRETA**:

- (A) É considerada adequada com a lei orçamentária anual a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício.
- (B) Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.
- (C) Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.
- (D) A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos cinco subsequentes.

QUESTÃO 46

Quanto à ação de busca e apreensão de bem móvel alienado fiduciariamente, é **CORRETO** afirmar:

- (A) A propriedade e a posse plena e exclusiva do bem é consolidada ao patrimônio do credor fiduciário após decisão transitada em julgado.
- (B) A sentença proferida pelo Juiz em ação de busca e apreensão de bem móvel alienado fiduciariamente tem efeito apenas devolutivo.
- (C) O devedor poderá contestar a ação no prazo de 03 (três) dias após a execução da liminar de busca e apreensão, sendo que a matéria de sua defesa será irrestrita.
- (D) Julgada improcedente a ação, o credor fiduciário será condenado ao pagamento de uma multa em favor do devedor fiduciante, caso o bem já tenha sido alienado, excluída a responsabilidade de indenizar por perdas e danos.

QUESTÃO 47

Consoante a doutrina e as normas de direito processual civil, relativamente a recursos, é **INCORRETO** afirmar:

- (A) O Ministério Público tem legitimidade para recorrer nos processos em que figura como parte, bem como nos que figura como fiscal da lei.
- (B) A apelação, em regra, será recebida apenas em seu efeito devolutivo, entretanto, excepcionalmente, a lei definirá os casos em que a apelação será recebida em seu efeito devolutivo e suspensivo.
- (C) Pelo princípio da singularidade ou incomunicabilidade, para cada decisão judicial, há um único recurso cabível previsto pelo ordenamento jurídico, sendo vedada a interposição simultânea ou cumulativa de mais de um recurso visando à impugnação do mesmo ato judicial.
- (D) O recurso pode ser interposto por terceiro prejudicado, desde que demonstre o nexo de interdependência entre o seu interesse de intervir e a relação jurídica submetida à apreciação judicial.

QUESTÃO 48

Com base no Código de Processo Civil, o processo é extinto sem resolução do mérito:

- (A) Quando o autor renunciar ao direito sobre que se funda a ação.
- (B) Quando ocorrer confusão entre autor e réu.
- (C) Quando o réu reconhecer a procedência do pedido.
- (D) Quando as partes transigirem.

QUESTÃO 49

Considerando as regras do Código de Processo Civil pertinentes à competência, marque a alternativa **CORRETA**:

- (A) Nas ações de reparação do dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos, será competente o foro do domicílio da vítima ou do local do dano.
- (B) As pessoas jurídicas de direito público têm foro privilegiado, por isso, nas ações propostas por essas pessoas, a competência é determinada pelo foro do local onde funcionem as respectivas administração e vara privativa.
- (C) Não é competente a autoridade judiciária brasileira quando o réu, mesmo domiciliado no Brasil, seja de outra nacionalidade.
- (D) O foro de eleição vincula as partes e determina a competência do juiz para solucionar o litígio gerado pelo contrato. Assim, a ação será proposta perante o foro eleito; caso isso não ocorra, o juiz deverá, de ofício, declinar de sua competência.

QUESTÃO 50

Acerca do Mandado de Segurança, marque a alternativa **CORRETA**:

- (A) Não cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
- (B) A decisão que extingue a ação mandamental, fundada na superação do prazo decadencial ou no reconhecimento de que não houve violação do direito reclamado, não impede a renovação da controvérsia nas vias ordinárias.
- (C) O direito de requerer mandado de segurança se extingue depois de 30 (trinta) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.
- (D) A sentença que conceder o mandado de segurança não pode ser executada provisoriamente.

QUESTÃO 51

A respeito das normas do Sistema Tributário Nacional presentes na Constituição Federal, marque a alternativa **INCORRETA**:

- (A) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir taxas, em razão do exercício do poder de polícia.
- (B) As taxas não poderão ter a base de cálculo própria de impostos.
- (C) As limitações constitucionais ao poder de tributar são reguladas por lei ordinária.
- (D) Lei complementar poderá estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União, por lei, estabelecer normas de igual objetivo.

QUESTÃO 52

As seguintes alternativas são concernentes a impostos de competência dos Municípios, conforme previsto na Constituição Federal, **EXCETO**:

- (A) Operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativa a títulos ou valores mobiliários.
- (B) Propriedade predial e territorial urbana.
- (C) Transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.
- (D) Serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art.155, II, da Constituição Federal, definidos em lei complementar.

QUESTÃO 53

Considerando as normas relativas às limitações ao poder de tributar presentes na Constituição Federal, marque a alternativa **INCORRETA**:

- (A) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.
- (B) À União é permitido instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
- (C) A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.
- (D) É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

QUESTÃO 54

De acordo com a Constituição Federal, no que diz respeito à repartição das receitas tributárias, o percentual destinado aos Municípios, a partir do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios, é de:

- (A) 10% (dez por cento).
- (B) 75% (setenta e cinco por cento).
- (C) 50% (cinquenta por cento).
- (D) 25% (vinte e cinco por cento).

QUESTÃO 55

Considerando as definições presentes no Código Tributário Nacional, marque a alternativa **INCORRETA**:

- (A) As taxas poderão ter como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.
- (B) A contribuição de melhoria é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.
- (C) A lei relativa à contribuição de melhoria observará requisitos mínimos, dentre os quais se inclui a publicação prévia do orçamento do custo da obra.
- (D) Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação dependente de atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

QUESTÃO 56

De acordo com a Constituição Federal, a competência para legislar sobre Direito Urbanístico é:

- (A) Exclusiva da União.
- (B) Privativa do Município.
- (C) Concorrente.
- (D) Privativa do Estado.

QUESTÃO 57

Com base na doutrina de Direito Urbanístico e nas normas correlatas é **INCORRETO** afirmar:

- (A) O plano diretor é um instrumento opcional para o poder público municipal aplicar ao proprietário de imóvel urbano, de forma sucessiva, o parcelamento ou edificação compulsórios, o imposto sobre a propriedade predial e territorial progressivo no tempo e a desapropriação para fins de reforma urbana.
- (B) O plano diretor define os critérios para a utilização dos instrumentos estabelecidos no Estatuto da Cidade, tais como a outorga onerosa do direito de construir, as operações urbanas consorciadas, a transferência do direito de construir e as zonas especiais de interesse social.
- (C) O plano diretor, aprovado pela câmara municipal, é obrigatório para cidades que tenham mais de vinte mil eleitores, nos termos do que dispõe o Estatuto das Cidades.
- (D) Lei federal de desenvolvimento urbano exigida constitucionalmente, o Estatuto da Cidade regulamenta os instrumentos de política urbana que devem ser aplicados pela União, pelos Estados e pelos Municípios.

QUESTÃO 58

Corroborado nas normas constitucionais, a função da propriedade urbana depende:

- (A) Do cumprimento das normas de direito financeiro e tributário.
- (B) Do cumprimento do plano diretor.
- (C) Da apuração de índices pluviométricos e fluviométricos.
- (D) Exclusivamente do uso racional do solo.

QUESTÃO 59

Analise as proposições abaixo e, de acordo com o Estatuto das Cidades, marque a alternativa **CORRETA**:

- (A) Aquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até trezentos e cinquenta metros quadrados, por oito anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- (B) O direito de preempção confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano, objeto de alienação onerosa entre particulares e será exercido sempre que o Poder Público necessitar de áreas para execução de programas e projetos habitacionais de interesse social.
- (C) O proprietário urbano poderá conceder, de forma exclusivamente onerosa, a outrem o direito de superfície do seu terreno, por tempo determinado, mediante escritura pública registrada no cartório de registro de imóveis.
- (D) Decorridos oito anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.

QUESTÃO 60

Com base na doutrina de Direito Urbanístico e nas normas pertinentes à matéria, marque a alternativa **INCORRETA**:

- (A) O parcelamento do solo é admitido para fins urbanos em zona urbana, de extensão urbana ou de urbanização específica assim definida em plano diretor e aprovada por lei estadual.
- (B) O princípio da função social da propriedade constitui o princípio informador central do Direito Urbanístico e integra o rol pétreo dos direitos fundamentais previstos constitucionalmente.
- (C) Nos contratos de compromisso de venda e compra será nula de pleno direito a cláusula de rescisão por inadimplemento do adquirente, quando o loteamento não estiver regularmente registrado.
- (D) Não há dignidade sem moradia e sem condições de habitação e sem instrumentos urbanos que garantam a circulação, logo, o princípio da dignidade da pessoa humana também compõe os princípios do Direito Urbanístico.

ANOTE AQUI AS SUAS RESPOSTAS PARA POSTERIOR CONFERÊNCIA.

Questão	Resposta	Questão	Resposta	Questão	Resposta
Nº 01		Nº 21		Nº 41	
Nº 02		Nº 22		Nº 42	
Nº 03		Nº 23		Nº 43	
Nº 04		Nº 24		Nº 44	
Nº 05		Nº 25		Nº 45	
Nº 06		Nº 26		Nº 46	
Nº 07		Nº 27		Nº 47	
Nº 08		Nº 28		Nº 48	
Nº 09		Nº 29		Nº 49	
Nº 10		Nº 30		Nº 50	
Nº 11		Nº 31		Nº 51	
Nº 12		Nº 32		Nº 52	
Nº 13		Nº 33		Nº 53	
Nº 14		Nº 34		Nº 54	
Nº 15		Nº 35		Nº 55	
Nº 16		Nº 36		Nº 56	
Nº 17		Nº 37		Nº 57	
Nº 18		Nº 38		Nº 58	
Nº 19		Nº 39		Nº 59	
Nº 20		Nº 40		Nº 60	

O gabarito oficial da prova de múltipla escolha será divulgado no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, após a sua realização, no órgão oficial do Município e no site <www.fgr.org.br>.

Comissão de Concursos FGR
concursos@fgr.org.br